



27686575



08020.001103/2021-01

Boletim de Serviço em 03/05/2024
D.O.U. de 02/05/2024, seção 2, página 48



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA DE PESSOAL DO MINISTRO Nº 92/2024

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no o § 3º do art. 8º do Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021, e na Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, e o que consta nos Processo Administrativo nº 08020.001103/2021-01, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria de Pessoal do Ministro nº 2, de 11 de janeiro de 2024, que designa representantes para compor o Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, em observância ao art. 8º do Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

1º

I - do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

a) Mário Luiz Sarrubbo, titular; e Isabel Seixas de Figueiredo, suplente;

.....

II - do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania:

.....

b) Bruna Martins Costa, titular; e Danilo Vergani Machado, suplente;

.....

d) Tula Vieira Brasileiro, titular; e Letícia Valverde Chahaira, suplente;

.....

VIII - da Defensoria Pública: Fábio Amado de Souza Barreto, titular; e Cecília Nascimento Ferreira, suplente;

....." (NR).

"Art. 2º A coordenação do Comitê Gestor será exercida por: Mário Luiz Sarrubbo, titular; e Isabel Seixas de Figueiredo, suplente, nos termos do art. 9º do Decreto nº 10.622, de 2021." (NR).

"Art. 3º A função de Secretária-Executiva do Comitê Gestor será exercida por: Iara Buoro Sennes, titular; tendo Simone de Jesus como Secretária-Executiva substituta." (NR).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

RICARDO LEWANDOWSKI



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 30/04/2024, às 11:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **27686575** e o código CRC **B062A4BD**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.
